

**DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO
PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA
CHIPAIÁ**



**CACHOEIRA DO ARARI – MARAJÓ – PA
SETEMBRO-2014**

Dados Gerais

Projeto

**ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19**

Realização

Instituto Peabiru

Diretor

João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo

Thiara Fernandes

Rosemiro Rodrigues

Paula Vanessa Silva

Ana Rachel Broni

Ediana Tavares

Elvesson Ferreira

Gilberto Azevedo

Gilberto Oliveira

Elaine Gouvêa

Pedro Santos

Estagiárias

Karlla Tavares

Thaíssa Oliveira

Elaboração do documento

Paula Vanessa Silva

Revisão

Hermógenes Sá

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO:	4
2.	DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:	5
A.	ANÁLISE FOFA	6
B.	LINHA DO TEMPO	6
C.	MAPA PARTICIPATIVO	6
D.	CALENDÁRIO AGRÍCOLA	6
3.	RESULTADOS ALCANÇADOS	7
3.1.	<i>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</i>	7
•	Fortalezas	9
•	Fraquezas	9
•	Oportunidades	10
•	Ameaça	10
3.2.	<i>ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS</i>	11
•	Calendário Agrícola	11
•	Mapa participativo	17
•	Linha do tempo	18
3.3.	<i>EMPREENHIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS</i>	21
4.	AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).	22
5.	CONCLUSÃO	23
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO:

Neste documento são apresentados os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Chiapaiá¹, localizado no município de Cachoeira do Arari – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O mesmo tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as Visitas para diagnóstico da unidade familiar (atividade 1.2), realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda etapa é a Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias (atividade 1.3). O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

Desta forma, para iniciar esse processo de planejamento e desenvolvimento do PAE Chipaiá, foi realizado no dia 06 de setembro de 2014, uma reunião para aplicação do DRP, o qual teve como objetivo compreender e validar as informações obtidas nas visitas individuais, diretamente relacionadas às atividades produtivas e aos empreendimentos comunitários, por meio de discussões entre os beneficiários da política de reforma agrária. Não obstante, tais discussões foram conduzidas para abordar os seguintes temas propostos:

- Situação atual da organização social;
- Situação das atividades produtivas atuais e potenciais;
- Situação dos empreendimentos comunitários atuais e potenciais;

¹ Neste relatório utilizaremos a Chipaiá, aos invés de Xipaiá como está na chamada pública de ATER, visto que está é a grafia utilizada pelas famílias assentadas.

- Situação da comercialização dos produtos;
- Identificação de ameaças e oportunidades.

Para tanto, foi elaborado um roteiro metodológico (anexo a este documento), onde estão descritas as ferramentas de abordagem participativa, utilizadas na moderação da oficina pelos técnicos do Instituto Peabiru.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru fez uso da abordagem participativa, metodologia de trabalho utilizada na instituição, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001), e desta forma possibilite que o resultado do diagnóstico se aproximasse da realidade local². Além da reunião coletiva completaram o diagnóstico, entrevistas individuais com informantes-chave que auxiliaram na compreensão da dinâmica do assentamento.

As informações foram anotadas com pincéis coloridos, em cartolinas de diferentes cores e/ou tarjetas, algumas vezes pelos facilitadores da oficina e em outras pelos próprios participantes. Os cartazes resultantes da aplicação das ferramentas foram afixados nas paredes do local onde a oficina foi realizada e ficaram expostas durante toda a reunião para auxiliar na condução da mesma, sendo consultadas sempre que necessário, tanto pelos facilitadores da oficina, quanto pelos participantes. Como procedimento metodológico, a primeira parte da oficina foi direcionada a esclarecer o objetivo da reunião, e explicar aos participantes da mesma, o que é o Diagnóstico Rural Participativo e ressaltar sua finalidade no contexto do projeto, assim como as etapas que serão realizadas após o mesmo. Também foi realizada uma nova apresentação da equipe técnica e dos assentados, com nome e a atividade desenvolvida e/ou profissão.

No encerramento foi realizada uma dinâmica de avaliação, denominada *dinâmica do alvo*, a qual possibilitou aos participantes da reunião, representarem em três níveis (bom, médio e ruim) o grau de satisfação em relação a atividade realizada, comunicação dos técnicos, alimentação

² O uso deste tipo de abordagem em atividades coletivas é uma exigência do contrato de chamada pública de ATER.

fornecida, espaço para as crianças e tema abordado. Foi construído um alvo e foram dados adesivos onde os mesmos afixaram no campo do alvo que representasse seu grau de a sua satisfação.

As ferramentas utilizadas para facilitar a oficina foram:

a. Análise FOFA

- a.1. Objetivo: identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo, a partir da percepção dos associados, com intuito de conseguir um fortalecimento organizativo;
- a.2. Abordagem: os facilitadores explicam o objetivo da ferramenta, fazendo com que os participantes reflitam sobre as fortalezas, debilidades, fraquezas e ameaças a organização a qual pertencem enquanto os moderadores tomam notas nos cartazes, anotando os pontos discutidos.
- a.3. Resultado: Quadro final da avaliação contendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para o grupo.

b. Linha do tempo

- b.1. Objetivo: descrever os fatos cronologicamente que ajudaram a chegar até o momento no qual estamos;
- b.2. Abordagem: Discutir e construir coletivamente, onde cada participante descreve os fatos e identifica o período do tempo em que ocorreu. Indo ao quadro e escrevendo o fato histórico
- b.3. Resultado: Um mapa sobre a linha do tempo das principais atividades e anotações de relatos que o grupo achar necessário.

c. Mapa participativo

- c.1. Objetivo: identificar áreas de coleta dos recursos naturais utilizada pelas famílias assentadas.
- c.2. Abordagem: formar um grupo e explicar o objetivo da ferramenta e os elementos do mapa. Para ajudar a começar a mediação, pode sugerir iniciar com elementos de referência.
- c.3. Resultado: um mapa construído pelos moradores com áreas de coleta identificadas.

d. Calendário agrícola

- d.1. Objetivo: identificar os períodos de safra e entressafra dos recursos naturais utilizados pelas famílias ao longo do ano.
- d.2. Abordagem: será construída uma matriz com todos os meses do ano em um cartaz. Em seguida são identificados os recursos naturais utilizados pelas famílias e de maneira paralela, estes identificam os meses de safra e entressafra.
- d.3. Resultado: matriz com os períodos de safra e entressafra da produção local.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru e das ferramentas de abordagem participativa durante a reunião do DRP no PAE Soberana.

A reunião no PAE Chipaiá foi realizada no barracão onde são promovidas festas na comunidade. Participaram da atividade 24 mulheres e 34 homens, que no total representam 43,18% dos assentados. Entretanto, além das pessoas que estão em RB, outros moradores do PAE estiveram presentes durante a reunião, que somados aos assentados chegaram ao número de 73 pessoas.

3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

Com intuito de compreender pontos que possam auxiliar no planejamento de ações em prol do desenvolvimento do assentamento, assim como o acesso a políticas públicas para beneficiários da reforma agrária, foi realizada uma análise geral da Associação Mista dos Moradores e Trabalhadores Rurais e Pescadores Artesanais de Chipaiá (AMTRAPESC), a qual possui atualmente 120 associados que residem no PAE. Entretanto, também foram observados aspectos relacionados à Colônia de Pescadores Z-40 do Arará e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Arará, pois, geralmente as famílias possuem membros filiados a estas organizações, visto à facilidade de acesso a políticas sociais como Seguro Defeso, Aposentadoria, Auxílio Maternidade, entre outras (figuras 1 e 2)

Análise FOFA	
INTERO	EXTERNO
Fraquezas 95% sócios inadm. plenu. + de 1 ano s/reunião - Falta de clareza sobre o que associação - Falta de empenho da liderança - Grupo desmotivado	Oportunidades Articulação p/continuação do PAE.
Fortalezas - Associação regular - Sócios tm clareza de prob. da associação	Ameaças Desarticulação de reuniões por questões políticas.

Figura 1: Cartaz com resultado da matriz da análise FOFA.

Fraquezas - Grupo de mulheres desarticulado (colônia) - Jesuítas n/funcionam - Prestação de contas - Participação em ações - Comunicação n/funciona - Grupo gerador n/funciona	Oportunidade - Cursos de capacitação SENAR-Colônia - Acesso a políticas do governo (Bolsa Verde) - Cursos - Meio ambiente - SPU, ass. e coop. (FISE) - Benefício do pescado Limato - Conexão de uso da terra
Fortaleza - Articulação el grupo via escola - Grupo de mulheres ligado pela colônia - Elaboração de projetos - AMTRAPESC - Relatório - Benefício p/ sócio-segurança fundiária - Articulação el órgão do governo - Grupo gerador	Ameaça

Figura 2: Continuação da matriz da análise FOFA.

Em relação a AMTRAPESC, foi informado que a mesma foi fundada em fevereiro de 1999. A mesma está inscrita sobre o CNPJ 03.760.569/0001-43, o qual está em dias com as obrigações tributárias, entretanto está irregular em relação ao estatuto, pois há mais de 1 ano não há assembleia geral. Atualmente, o presidente da associação é Sr. Silvio Miranda Boução.

- **Fortalezas**

Em relação a AMTRAPESC foram destacados alguns pontos positivos internos da associação, como a regularidade do CNPJ que possibilitou o acesso a alguns benefícios para os sócios, bem como a inserção no processo de regularização fundiária que resultou na constituição do PAE, a elaboração de projetos para acesso a crédito e a articulação com órgãos governamentais para melhorias no assentamento, como por exemplo a aquisição de um grupo gerador e a aquisição de uma mini-usina que transforma o caroço de açaí, em energia elétrica. Por falta de capacitação dos beneficiários e recursos, o equipamento não está funcionando. Não obstante, foi destacado que há insatisfação dos associados, em relação a atual diretoria da associação, entretanto, os associados reconhecem que não se envolvem nas ações da mesma.

Em relação a Colônia Z-26, foi destacada a formação de um grupo de mulheres, as quais participaram de cursos de formação para a confecção de biojóias, bordado, crochê e outros tipos de artesanatos.

Ainda em relação a Colônia, foi ressaltado que atualmente 4.737 pessoas são afiliadas na mesma e destes 3.730 recebem o seguro defeso.

- **Fraquezas**

Uma das principais fraquezas destacadas foi à inadimplência dos associados. Dos 120 cadastrados na AMTRAPESC, 95% não pagam a taxa de mensalidade. Como justificativa, os mesmos destacaram que a diretoria da associação não realiza prestação de contas da organização - falta de transparência-, ressaltando o tesoureiro constantemente está ausente da comunidade, conforme destacado a seguir.

“Se eu estou atrasada com o meu talão, é porque o tesoureiro nunca está na associação”. Zelice da Luz – Assentada.

Foi destacada a falta de regularidade nas reuniões da associação: há mais de um ano não é realizada a assembleia geral. Também foi observado, que há falta de conhecimento sobre o estatuto, consequentemente os sócios desconhecem seus direitos e deveres enquanto associados. Foi

evidenciada ainda, a falta de motivação dos sócios em participar de ações da AMTRAPESC, a falta de empenho da diretoria em envolver os associados nas atividades da mesma e a deficiência no canal de comunicação entre ambas às partes.

“Para exigir, tem que tá tudo certo com a obrigação da gente. Se eu não estou ok, com a minha obrigação, não adianta cobrar”. [Sr. Arlindo, assentado no PAE Chipaiá].

Em relação ao grupo de mulheres formado pela colônia Z-40 do Aranaí, foi pontuado que o mesmo ainda existe, no entanto, as mulheres atualmente não confeccionam artesanato, pois “não têm para quem vender” e muitas “tem vergonha” de oferecer seus produtos.

- **Oportunidades**

Em relação às oportunidades, foi destacada a articulação entre a associação e a Colônia de Pescadores Z-40 e os benefícios adquiridos aos assentados, como a articulação com INCRA para constituição do PAE Chipaiá, cursos sobre meio ambiente, associativismo e cooperativismo via Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; oficinas de beneficiamento do pescado pela EMATER, além do acesso as políticas do Governo Federal, como por exemplo, o Bolsa Verde incluído recentemente.

Através da articulação da AMTRAPESC, os associados passaram a receber bolsa verde pelas esferas dos movimentos sociais e extrativistas, do Governo Federal. Além disso, após a criação do PAE, mais 101 famílias foram cadastradas para receber o documento de Concessão de Uso e, recentemente, mais 23 famílias foram encaminhadas e estão aguardando a inclusão na Relação de Beneficiários.

- **Ameaça**

A principal ameaça diagnosticada na organização foi a desarticulação de reuniões da AMTRAPESC, por divergências entre membros da associação que estão ligados a diferentes partidos políticos.

3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS

Com intuito de compreender o estado das atividades produtivas desenvolvidas no PAE Chipaiá foram utilizadas diferentes ferramentas de abordagem participativa, como o calendário agrícola com intuito de identificar os meses em que ocorre a safra da produção, assim como as atividades que estão relacionadas às mesmas; o mapa participativo com objetivo de identificar as zonas utilizadas para o extrativismo; e a linha do tempo para resgatar aspectos relacionados aos processos produtivos, o que mudou e como é realizado atualmente, assim como identificar as principais mudanças na paisagem local.

• Calendário Agrícola

No PAE Chiapaiá, de maneira geral a famílias realizam o extrativismo de 6 produtos: 1. Açai (*Euterpe oleraceae*), 2. Peixe, 3. Camarão, 4. Bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), 5. Piquiá (*Aspidosperma* sp.) e 6. Bacuri (*Platonia insignis* Mart). Há ainda, na área de terra firme da ilha, assentados que cultivam roça de mandioca para produção de farinha. (Figura 3).

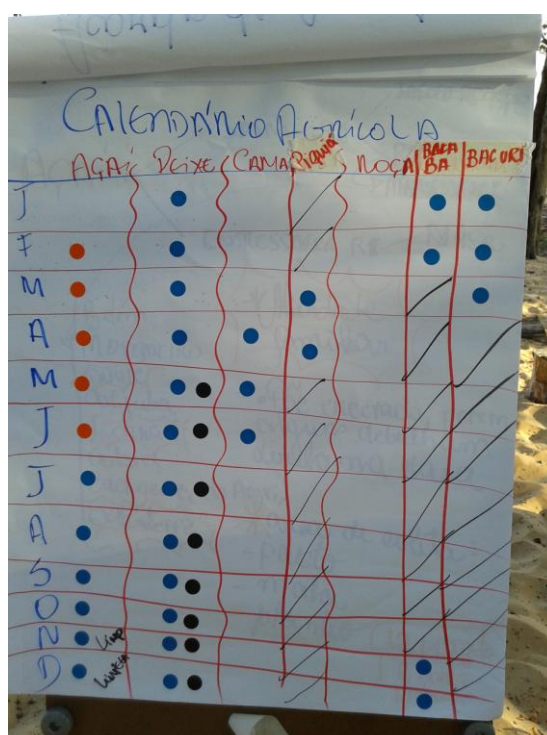


Figura 3: Calendário agrícola do PAE Chipaiá.

Em relação ao açaí, a safra acontece entre os meses de julho e dezembro. Os frutos são coletados nas áreas nativas, no quintal/pasto das casas e nos plantios³. A única forma de beneficiamento é a “debulha” e a retirada do excesso de frutos secos. Alguns extrativistas efetuam estes processos em cima de lonas plásticas, para evitar a contaminação dos frutos. Foi evidenciado que estas atividade (coleta e beneficiamento) são práticas de caráter familiar.

A entressafra acontece entre os meses de janeiro e junho. Segundo os extrativistas, é nesse período em que é realizado o manejo. São retiradas as touceiras que possuem fissuras e, é selecionado o palmito que também é comercializado. Alguns extrativistas que receberam orientação técnica da EMATER para manejar os açaizais, também realizam o replantio das touceiras neste período.

“Eu retiro os “filhos” da touceira e replanto em linha, na minha área, ainda retiro palmito das touceiras velhas” [Sr. João, Assentado].

Em relação a comercialização do açaí (figura 04), de acordo com os dados obtidos, o preço da “rasa” que é repassada aos marreteiros, varia entre R\$ 16,00 a R\$ 20,00. A produção se destina aos municípios de Cachoeira do Arará, Soure, Colares, Salvaterra, as ilhas de Mosqueiro e Cotijuba, distrito de Icoaraci, e principalmente as feiras de Belém. Na entressafra, a “rasa” chega a ser vendida R\$ 45,00. Já o palmito é comercializado de acordo com a classificação: o de primeira ordem é vendido a R\$ 120,00, de segunda a R\$ 45,00 e o de terceira R\$ 15,00 o cento.

³ Foi observado que existem 10 famílias que possuem plantios de açaí, entretanto esse assunto será melhor abordado no tópico Empreendimento Comunitários.

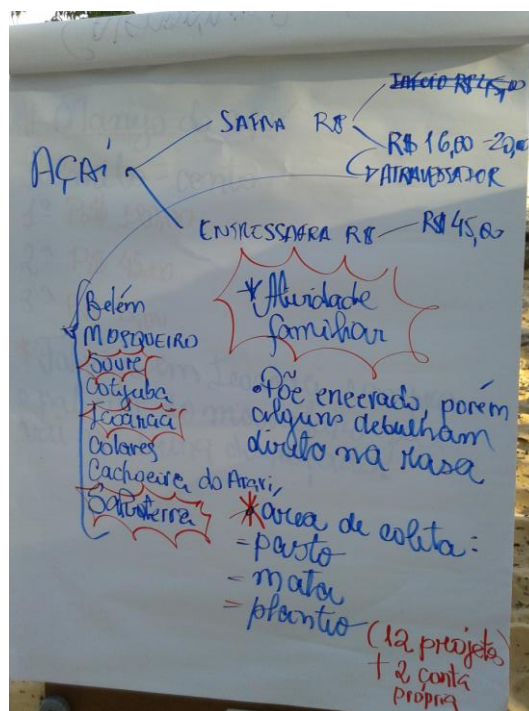


Figura 4: Cartaz construído a partir das informações sobre a comercialização do açaí.

A pesca foi considerada pelos assentados como a principal fonte de renda das famílias do PAE. Esta é realizada durante todo o ano, entretanto, no período do defeso, de janeiro a abril, a atividade é efetuada somente para garantir a segurança alimentar das famílias. Não obstante, foi destacado que a atividade tem sua frequência e/ou intensidade diminuída no período da safra açaí, pois muitos assentados se dedicam exclusivamente a coleta do fruto.

Os assentados realizam pesca na baía do Marajó, rios e lagos que banham a ilha. As principais espécies capturadas na baía são: dourada, filhote, pescada branca, pescada amarela, bagre, piaba e tainha. Estes geralmente são destinados a comercialização, a qual acontece durante o ano inteiro. Nos rios são: trairá, anajá, cachorrinho de padre, pacu, piranha, ituí, pescada, mandubé. Já nos lagos são: tamuatá, jiju, traíra, jacundá, anujá, piranha, tucunaré e sarapó. Nos rios e lagos a pesca para comercialização é realizado no período de maio a dezembro.

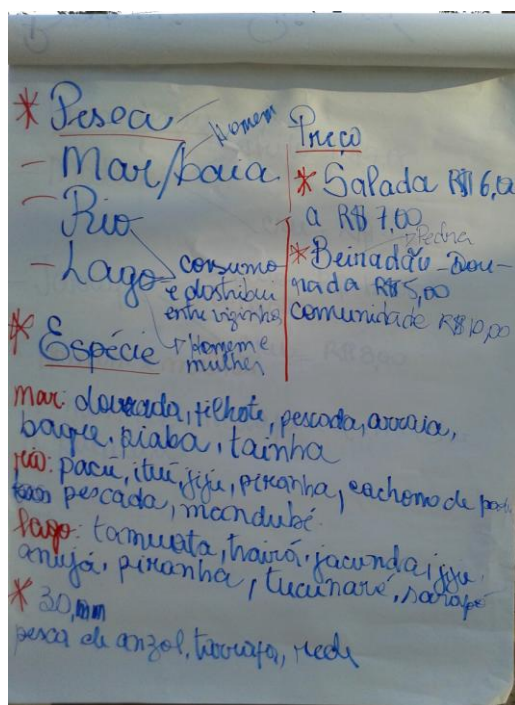


Figura 5: Extrativismo do peixe PAE Chipaiá

A pesca de baía é realizada somente pelos homens. As mulheres presentes informaram que também pescam para colaborar na renda familiar, entretanto se restringem aos rios e lagos.

Em se tratando da comercialização do peixe, esta é realizada dentro e fora do assentamento, por intermédio dos marreteiros. Em relação aos preços, no assentamento é vendida uma mistura de várias espécies de peixe denominada “salada de peixe”, que possui preço variável entre R\$ 6,00 e R\$ 7,00 o quilo. Foi citado ainda que, no caso de espécies de peixes que tem mais saída para o mercado fora do PAE, espécies como, por exemplo, a dourada é repassada aos marreteiros por R\$ 5,00 o quilo. Para os assentados, esse peixe é vendido por R\$ 10,00, conforme exposto na fala do presidente da associação.

“A dourada é vendida em Belém e em outros lugares a R\$ 5,00 reais o quilo. Aqui na comunidade o marreteiro vende a R\$ 10,00 reais o quilo”. [Silvio Miranda, presidente da AMTRAPESC].

Ainda sobre a pesca, foi citado que os principais apetrechos utilizados na pesca artesanal local são: anzol, tarrafa e rede (malhas 30mm, 35mm, 40mm e 45mm). Em relação ao armazenamento, este é feito em isopores com gelo sem nenhum tipo de beneficiamento.

Outro tipo de extrativismo realizado no assentamento é a captura de camarão, efetuada principalmente de abril a Junho. Nas famílias que residem às margens dos rios, esta atividade é exercida por homens e mulheres, diferentemente do que ocorre com as famílias da área de terra firme, em que a captura é realizada principalmente pelos homens devido a distância da casa e ao fato das mulheres se dedicarem a cuidar das atividades domésticas e das crianças.

Existem dois tipos de captura de camarão, a de matapí (para tipos menores) e a de tarrafa⁴ (para tipos maiores). O mesmo é comercializado “frito”⁵ ou *in natura* e têm preços diferenciados. O camarão de matapí, quando frito, é vendido a R\$ 7,00 o quilo e *in natura*, o mesmo custa R\$ 4,00. Já o de tarrafa, após frito chega a R\$ 12,00 o quilo e *in natura* a R\$ 8,00. Foi destacado que, para o camarão que é pescado de tarrafa, geralmente os extrativistas já tem um “contrato” com um comprador fixo.

A bacaba, também é um recurso natural extraído pelas famílias do PAE Chipaiá, o qual é realizado nas áreas nativas/mata na ilha. O período de safra acontece entre os meses de janeiro e fevereiro. Em se tratando do beneficiamento, o único tipo efetuado é a debulha, que consiste na retirada dos frutos do cacho para o armazenamento nas rasas, ainda na área onde o mesmo foi coletado e, para garantir o mínimo de limpeza dos mesmos, a atividade é realizada em cima de lonas plásticas. Entretanto, há extrativistas que processam os frutos transformando-os em bebida, a qual é comercializada no próprio assentamento. A rasa da babaca varia de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 reais, e a bebida entre R\$ 3,00 a R\$ 3,50 o litro. O principal destino dos frutos é o porto do Icoaraci, distrito de Belém, devido à proximidade do assentamento.

No PAE também é comum o extrativismo do bacuri e do piquiá. A safra acontece, respectivamente, de janeiro a março e de março e abril. A coleta dos frutos é realizada nas áreas nativas/mata e, geralmente, é realizada por jovens e crianças, os quais também efetuam a transação comercial com os marreteiros. A renda obtida com venda é destinada as despesas da família, e normalmente são aplicados na compra de vestuários e materiais escolares. O bacuri e o piquiá são vendidos em cento ou unidade, entretanto, o valor é influenciado pelo tamanho dos frutos. Quando grandes variam de R\$ 0,30 a R\$ 0,50 a unidade e o cento a R\$ 30,00. Já os pequenos variam de R\$ 0,15 a R\$ 0,25 a unidade e o cento R\$ 25,00.

⁴ É um apetrecho de pesca ara camarão confeccionado com de talas geralmente feito por homens e mulheres.

⁵ Frito é a denominação dada para o camarão que passou por um processo de cozimento sem água, em que colocado apenas o sal como forma de conservação do recurso natural.

Além das atividades do extrativismo, foi citado o cultivo da mandioca para a produção de farinha, a qual tem como principal finalidade o consumo familiar. Não obstante, alguns assentados, fazem a comercialização do produto localmente e para marreteiros, estes por sua vez comercializam a produção em Belém. A farinha é vendida a R\$ 50,00 uma saca com 30 kg (chamada pelas famílias de toro). As principais espécies de maniva utilizada são: pacajá, aruá e maranhense. Todavia, a maranhense é mais utilizada, devido apresentar resistência à água, visto que a área do PAE é uma ilha.

Durante a reunião, os agricultores fizeram uma breve descrição, das etapas de cultivo da mandioca até o processamento da farinha:

- Balizamento da área;
- Roçagem;
- Corte das arvores de grande porte, com machado;
- Deixa secar durante 15 a 20 dias a área os entulhos;
- Queima do material;
- Limpeza da área;
- Abertura da cova e
- Plantio da maniva.

Foi exposto ainda que, um mês após o plantio da maniva, é realizada a primeira capina para limpeza da área cultivada e após três ou quatro meses dessa atividade, é realizada outra. A colheita das raízes é acontece, aproximadamente, após oito meses do plantio.

Em relação ao processamento da mandioca para a produção de farinha, foi exposto que está é realizada em diferentes etapas:

a) Farinha d'água

- É raspada e colocada de molho em tambor ou bacia.
- Após três dias é retirada da água (massa mole).

b) Farinha seca

- A raiz é raspada, lavada e ralada (massa dura).

c) Farinha mista (farinha seca mais farinha d'água)

- Mistura da massa mole mais a massa dura.
- É prensado no equipamento, chamado tipiti, para retirar a umidade.
- A massa esfarelada é levada ao forno de torração.
- Chegando a produção da farinha.

• Mapa participativo

Para auxiliar na identificação das áreas onde são realizadas as atividades de extrativismo, foi construído um mapa dos recursos naturais utilizado pelas famílias (figura 06).



Figura 6: Mapa participativo dos recursos naturais do PAE Chipaiá.

Em relação ao extrativismo do açaí, foi citado que os frutos são coletados em diferentes locais do PAE, como as áreas nativas (denominadas de mata pelas famílias), os quintais/terreiros das casas e ainda áreas plantadas. Em relação aos plantios, na figura anterior (figura 6), podem ser identificados 8 áreas denominadas como “roçado”, que no entanto são áreas de açaí plantado oriundas de um projeto desenvolvido na ilha, antes da constituição do assentamento (maiores informações no item seguinte).

Conforme citado no Calendário Agrícola, o extrativismo de peixe é realizado em diferentes lugares como a Baía do Marajó, nos rios que banham a ilha e no lago Cacuerá, onde são utilizadas embarcações a motor ou canoas. Em se tratando do camarão, as armadilhas – matapís – são colocadas em estacas ao longo do rio na frente das casas.

Sobre as roças de mandioca, foi citado que estas são cultivadas nas áreas de terra firme do PAE, que segundo os agricultores, são locais de terra preta, situados nos quintais das casas.

Durante a construção do mapa, foi indicada a existência de um Sistema Agroflorestal (SAF), ao qual as famílias denominam como reflorestamento (figura 6), o mesmo possui uma área de aproximadamente 6ha, onde foi plantada uma miscelânea de espécies nativas como: Bacuri, Araracanga e piquia, e o platio de Ipê, mogno e maçaranduba.

Também foi observada a existência de tanques de piscicultura no PAE, no entanto, os mesmos encontram-se desativados.

- **Linha do tempo**

Para nos auxiliar na compreensão das transformações ocorridas na comunidade desde o seu surgimento até os dias atuais, principalmente as relacionadas à paisagem e o histórico local. Foi construída uma linha do tempo com os assentados, a partir de seus relatos, não obstante, outros aspectos também foram observados e incluídos como resultado da ferramenta.

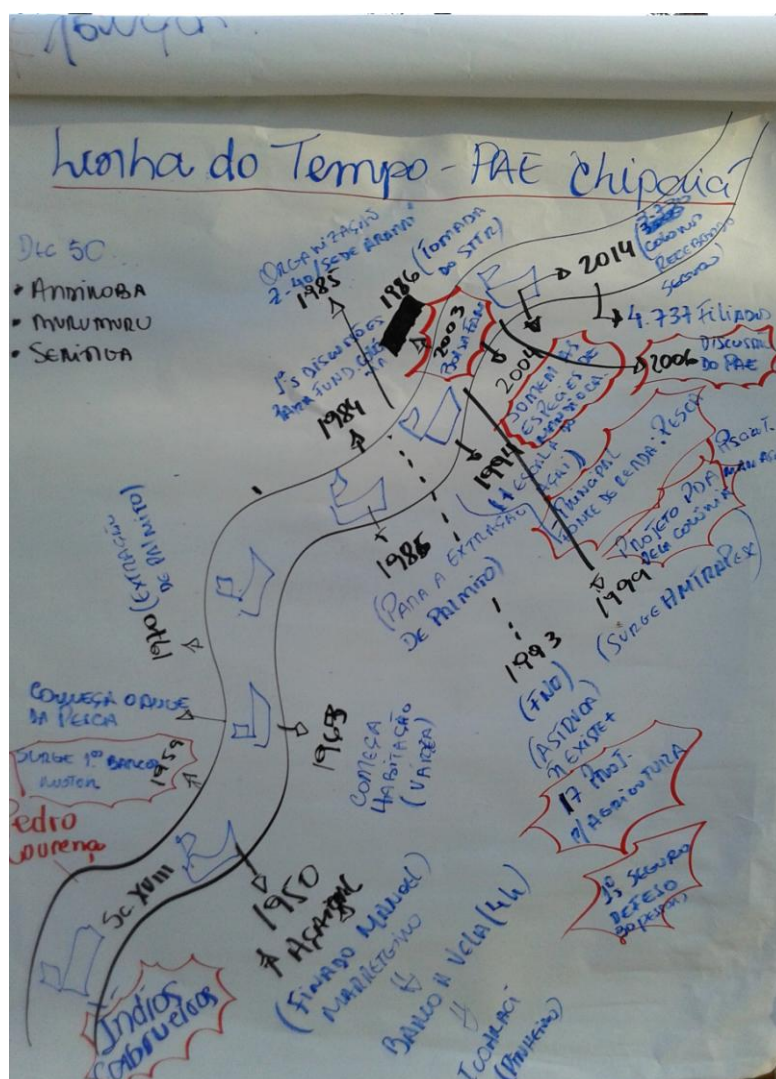


Figura 7: Linha do tempo PAE Chipaiá.

Moradores mais antigos relataram que no século XVIII, os primeiros habitantes da ilha foram índios Paiguás⁶, Cabanos e cabrueiros. O nome da comunidade foi formado pela mistura, do nome da tribo e os fala dos cabanos, que pronunciavam muito o “Chi”, portanto formou-se comunidade Chipaiá. A segunda geração a habitar o local, foi a família do Sr. Pedro Lourenço.

Em relação aos recursos naturais, foi relatado que na década de 1950, havia abundância de açaiuais nativos na ilha. Foi destacado que a comercialização do açaí já era realizada, entretanto de maneira insipiente, no Distrito de Icoaraci – ainda hoje principal consumidor do açaí do PAE Chipaiá – , pelo único marreteiro da época na comunidade, Sr. Manoel Lourenço. O barco que transportava o

⁶ Etinia que habitava as margens do Rio Paraguai.

produto era a vela, no entanto, foi relatado que por volta de 1956, surgiu à primeira embarcação a motor na região do PAE.

Foi citado que a partir de 1963, iniciou a maior habitação das áreas de floresta de várzea⁷, por novas famílias que chegaram a ilha, sendo acentuado que houve um aumento considerável na atividade da pesca.

Por volta da década de 1970, houve uma expressiva extração de palmito na ilha, por famílias que se diziam donas das terras, reduzindo a quantidade de touceiras e, conseqüentemente, afetando a produção e comercialização do açaí. No entanto, em 1986, a prefeitura comprou estas terras, para indenizar os herdeiros da mesma, os quais possuíam documentos públicos de que as mesmas lhes pertenciam, desta forma a área da comunidade passou a pertencer à prefeitura.

Os pescadores citaram que a partir de 1984, surgiram as primeiras discussões para constituição da Colônia de Pescadores Z-40 do Arará. Em 1986, os padres Silvério e Juliano, trouxeram para o local o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cachoeira do Arará, ao qual muitos moradores do PAE são filiados. Na época, a gestão do sindicato era composta principalmente por funcionários públicos.

Na década de 1990, foi citado que entre os anos de 1992 e 1993, a Colônia de Pescadores Z-40 captou recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/PDA para o projeto *Iniciativas econômicas comunitária: Piscicultura e Sistema Agroflorestal*, desenvolvido em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A comunidade foi contemplada com 3 tanques de piscicultura, destes dois com 1000 m² cada e outro de 500 m², no qual foram envolvidas 10 famílias; um SAF de aproximadamente 6ha; e 12 áreas de açaí manejado de aproximadamente 2ha.

Em 1993, a primeira associação existente no município, Associação dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arará (ASTRUCA), trouxe através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, 17 projetos de agricultura para comunidade. Época em que também foram obtidos os primeiros benefícios do seguro defeso para 20 assentados. Em 1994, foi verificada a primeira produção de açaí, dos projetos de agricultura.

⁷ As florestas de várzea são matas de planície de inundáveis, que normalmente apresentam menores diversidades florestais que as florestas de terra firme, e são constituídas por plantas e animais adaptados à condições hidrológicas sazonais (KALLIOLA et al., 1993 APUD GAMA et al., 2005)

Em 1999, formou-se a Associação Mista dos Moradores e Trabalhadores Rurais e Pescadores Artesanais de Chipaiá (AMTRAPESC). Em 2003, os assentados começaram a receber através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, o benefício do Bolsa Família.

Entre os anos de 2001 e 2004 a parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) através do PROAMBIENTE se deu a formação dos primeiros agentes ambientais da comunidade.

Em setembro de 2004 foi celebrado um contrato envolvendo a Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE, Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA, com o objetivo de implantar um projeto piloto para atendimento elétrico em localidades isoladas a partir do uso da biomassa, denominado —Desenvolvimento de Tecnologias de Produção de Energia Elétrica e Implantação de Unidades Piloto Mediante o Uso de Biomassa para Atendimento da Comunidade Isolada Chipaiá (NAGAISHI, 2007). Mesmo ano em que a FASE tentou continuar o projeto Iniciativas Econômicas Comunitárias. Não obstante, o mesmo só durou 6 meses.

Em relação ao assentamento, foi destacado que a partir de 2006, iniciaram as primeiras discussões para a constituição do PAE Chipaiá, fato que impulsionou a chegada de novas famílias e o retorno de outras, proporcionando ainda uma mudança na paisagem pela retirada da vegetação, inclusive das touceiras de açaí, para construção de novas casas. Essa situação refletiu na produção de açaí, a qual teve uma queda e o peixe passou a ser a principal fonte de renda das famílias do PAE.

Outra mudança ressaltada nesta mesma década foi a diminuição da diversidade de espécies de mandioca plantada pelos agricultores, priorizaram a espécie conhecida como maranhense, pois a mesma é mais resistente as mudanças hidrológicas do local.

Em 2013 foi citada a realização da primeira reunião com a equipe do Instituto Peabiru, para atividade de ATER.

3.3. EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS

Em relação aos empreendimentos comunitários atuais, foi destacado que atualmente as famílias obtêm renda com o extrativismo do açaí e do peixe, entretanto o pescado é considerado pelos assentados como a principal fonte de renda.

Durante a ferramenta *Linha do Tempo*, foi exposto pelos assentados a existência de 3 tanques para piscicultura que atualmente estão desativados, entretanto durante a reunião os assentados demonstraram interesse em reativá-los, desta forma esta constitui-se em uma possibilidade de ação junto a equipe de ATER.

Outro empreendimento, que pode beneficiar a comunidade é a implantação do sistema de abastecimento de energia na comunidade, por meio da utilização de uma mini-usina existente no local, que transforma a biomassa (caroço de açaí), em energia elétrica. A usina encontra-se desativada, devido a falta de capacitação dos moradores da comunidade, para o manuseio da mesma.

4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).

A partir da ferramenta aplicada, foi observado que para 87% dos participantes a reunião foi considerada boa, 12% classificou como média e 1% como ruim, conforme a figura a seguir (figura 8 e 9).



Figura 8: Participantes da reunião fazendo a avaliação do dia de atividade.



Figura 9: Cartaz com resultado da dinâmica de avaliação da reunião.

Um ponto positivo colocado pelos presentes foi que, a dinâmica de avaliação da organização (FOFA), possibilitou aos presentes um momento de discussão sobre alguns problemas internos da associação e além de tudo, como encaminhando, o consenso de agendar uma assembleia para realizar a eleição para diretoria da mesma.

Quando questionados sobre o que poderia melhorar nas próximas atividades, os assentados indicaram a mobilização, fator indicado como um dos principais problemas para a realização de atividades no PAE.

Em relação a única pessoa que achou a reunião ruim, a mesma havia entendido que teria que avaliar sua participação na reunião, a qual julgou como ruim, pois não consegue acompanhar todas as discussões.

“Muitas coisas perguntadas foram ruins para eu entender e me sentir perdida. Não tem muitas reuniões e por isso me desatualizo”. [Dona Zelice, assentada].

5. CONCLUSÃO

Com a realização do DRP puderam ser observados problemas e possibilidades de intervenção de ações no PAE. Por exemplo, em relação Organização Social, foi verificado que a AMTRAPESC funciona e a mesma está em dias com as obrigações tributárias por esforço do presidente, o qual busca benefícios para assentamento como um todo, entretanto sem envolver a diretoria e os assentados/associados. Desta maneira, demonstra-se a necessidade intervenção para melhorar a governança desta organização.

Em relação à situação das atividades produtivas, foi evidenciado que a pesca é considerada pelos assentados a principal fonte de renda, os quais levam em consideração o recebimento do seguro defeso. Entretanto, os mesmos citaram problemas relacionados à comercialização, visto que há desigualdade de preço no pescado vendido dentro e fora do assentamento, sendo pontuado pela equipe técnica do Instituto Peabiru, a necessidade de intervenção por meio da construção de um acordo de pesca, o qual além de possibilitar a negociação de valores, mitigaria também na manutenção deste recurso natural. Foi exemplificado o acordo de pesca que está sendo desenvolvido no rio Canaticu, município de Curralinho na Ilha do Marajó, através do Projeto Viva Pesca, do Instituto Peabiru.

No quadro a seguir (tabela 1), foram sistematizados os períodos de safra e entressafra da produção obtida do extrativismo. Pode ser observado que o período do defeso coincide com a entressafra do açaí (segunda atividade geradora de renda), além de que, mesmo havendo famílias que realizam manejo, não foi citada a produção e a comercialização dos frutos neste período do ano. Desta forma, o manejo de açaizais constitui-se em ação da equipe de ATER, para beneficiar tanto a segurança alimentar, quanto o incremento na renda das famílias.

Tabela 1: Sistematização do calendário das atividades produtivas do PAE Chipaiá.

PRODUTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AÇAÍ											
CAMARÃO											
BACABA											
BACURI											
PEIXE											
PIQUIÁ											

Legenda

Safra

Etressafra

Defeso

Fonte: Instituto Peabiru, 2014.

* Dados coletados em campo.

Foi destacado que a produção de bacuri e piquiá é uma atividade ligada aos jovens e crianças, que auxiliam tanto na segurança alimentar, quanto na composição da renda familiar, entretanto, não há controle dessa produção e nem da comercialização. Sendo assim, há possibilidades de trabalhar com estes a temática sobre planejamento da produção e/ou empreendimento, e ainda boas práticas de produção, ambos temas previstos na chamada pública.

Em se tratando dos empreendimentos comunitários, foi identificado que no PAE Chipaia, aconteceram diferentes intervenções de organizações governamentais e não governamentais, por meio de projetos que promoveram tanto cursos de capacitação aos moradores, quanto investiram em benfeitorias, como é o caso dos tanques de piscicultura e da implantação de um SAF. Segundo as famílias, estes encontram-se desativados por falta de assistência técnica, o que se constitui em outra possibilidade de ação do Instituto Peabiru, assim como o aproveitamento das espécies frutíferas do SAF, seja otimizando a comercialização dos frutos ou no processamento para agregação de valor.

No que diz respeito à comercialização, foi observado que a única forma de acesso aos mercados são os marreteiros, que no caso do peixe, é vendido tanto dentro, quanto fora do assentamento, com preços desvantajosos para os assentados, conforme descrito anteriormente. Desta forma, é possível trabalhar oficinas com temáticas de acesso a mercados diferenciados e/ou mercados institucionais.

Em relação às mulheres, foi evidenciada a existência de um grupo, que atualmente está desmobilizado, e ainda estas deixavam de mostrar sua produção artesanal “por vergonha”. É necessária a identificação do perfil do grupo e identificar que tipo de atividades as mesmas desejam realizar, visto que estas irão receber brevemente recurso do Fomento Mulher.

Em relação às ameaças identificadas, as mesmas estão relacionadas à desmobilização de atividades, principalmente quando são mobilizadas pela AMTRAPESC, por divergências políticas entre assentados. Havendo necessidade trabalhar com os mesmos a temática de fortalecimento organizacional, a qual é prevista no projeto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GAMA, J. R. V., SOUZA, A. L. de , MARTINS, S. V. e SOUZA, D. R. de. COMPARAÇÃO ENTRE FLORESTAS DE VÁRZEA E DE TERRA FIRME DO ESTADO DO PARÁ. R. Árvore, Viçosa-MG, v.29, n.4, p.607-616, 2005

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

NAGAISHI, T. Y. R. **Açaí (*Euterpe oleracea* mart): extrativismo, características, energia e renda em uma comunidade na Ilha de Marajó/ Pa.** 115f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia 2007. Belém-Pará. 2007.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.

http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/arquivos/prj_448_fch.pdf, acessado em 10 de outubro de 2014, as 15:00h.